

Área Governamental (Federal)

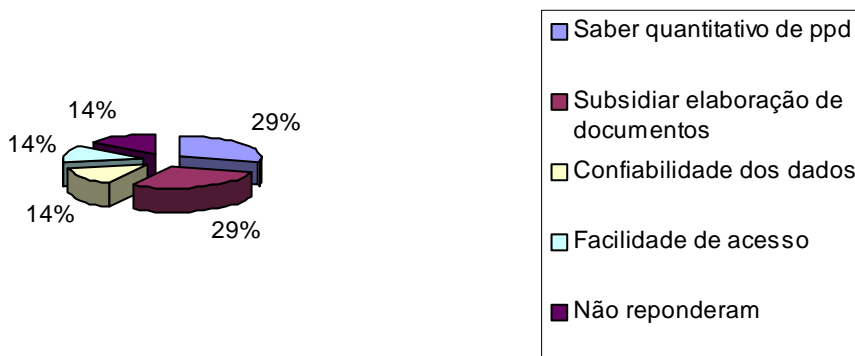
Esclarecemos que dos 10 Órgãos que receberam o questionário - Ministério das Cidades, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Educação, Ministério dos Esportes, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério dos Transportes e Ministério da Previdência Social - apenas 3 (Ministério das Cidades, Ministério das Comunicações e Ministério da Educação) não responderam.

Utilização dos dados



De acordo com a pesquisa, 100% das organizações utilizam dados de pesquisas das áreas governamental e não governamental, pelos motivos apresentados abaixo.

Motivo da utilização dos dados



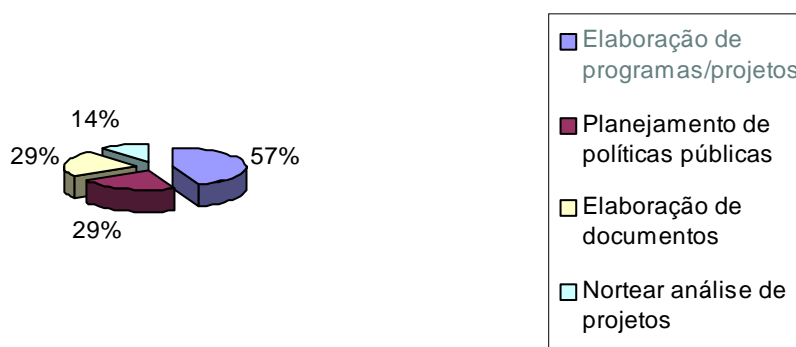
No item sobre o motivo da utilização, 29 % visam saber o quantitativo de ppd; 29% visam subsidiar a elaboração de documentos; 14 % possuem confiabilidade nos dados; 14% declaram que há facilidade de acesso e 14 % não responderam.

Diante do exposto, percebemos que 100% das instituições utilizam dados de pesquisas da área governamental e não governamental, visando, principalmente, saber o quantitativo de pessoas portadoras de deficiência e auxílio à elaboração de documentos. Isto ocorreu também na

análise dos dados da esfera não governamental, o que reforça ainda mais a idéia de que, em nosso país, a maioria das instituições que desenvolvem ações para esta parcela da população não sabem o número real de pessoas que necessitam de serviços especializados.

Outro ponto que preocupa esses órgãos, uma vez que são os responsáveis pela formulação e coordenação da política nacional em seus respectivos setores, diz respeito ao melhor conhecimento e entendimento da realidade deste segmento, pois a partir destes é que os mesmos poderão elaborar, com maior convicção, planos, projetos e políticas que verdadeiramente atenderão as necessidades dos usuários.

Como os dados são utilizados

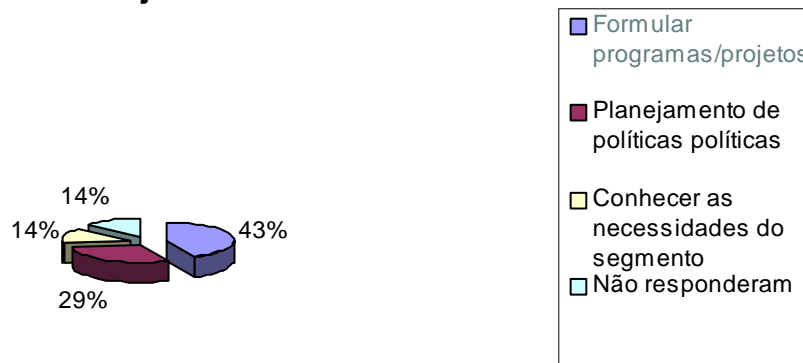


Neste item, 57% visam a elaboração de programas/projetos; 29% visam o planejamento de políticas públicas; 29% visam a elaboração de documentos e 14% visam nortear análise de projetos.

Neste item observamos que a maior preocupação, ou seja mais da metade, está voltada para a elaboração de programas/projetos. Isto ocorre, pois é a partir destes que se firmarão contratos e convênios com estados, municípios e Distrito Federal, havendo assim, não só, uma cooperação técnica, mas também financeira, conforme preconiza a gestão político-administrativa, que estabelece um sistema descentralizado e participativo.

No que se refere ao planejamento de políticas públicas e elaboração de documentos, podemos concluir que ambos também estão diretamente ligados a justificativa apontada no item nº 1, pois cabe a essas instituições nortear as demais unidades da federação na elaboração de suas políticas, planos e etc.

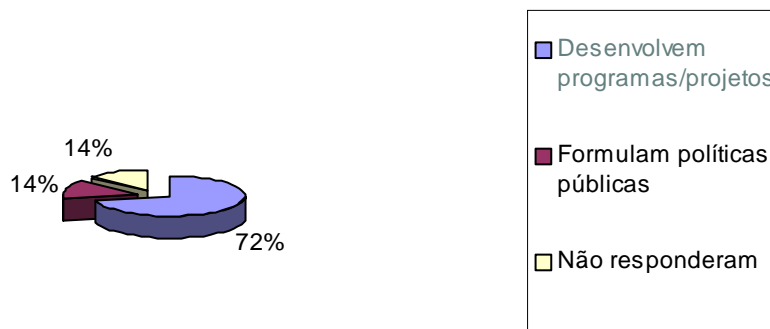
Objetivo dos dados



Nesta pergunta, 43% objetivam formular programas/projetos; 29 % visam o planejamento de políticas públicas; 14% visam conhecer as necessidades do segmento e 14 % não responderam.

Observamos que nesta pergunta as duas mais utilizadas equiparam-se as do item nº 2, o que nos leva a conclusão de que os dados de pesquisas na área da pessoa portadora de deficiência são essenciais para que haja um melhor embasamento na elaboração de documentos. Para isso, faz-se necessário, primeiramente, conhecer a realidade deste segmento.

Promoção das ppd



Com relação a esta pergunta, 72% responderam que desenvolvem programas/projetos; 14 % formulam de políticas públicas e 14 % não responderam.

Neste item detectamos que a forma mais utilizada, visando a melhoria das condições de vida deste segmento, é aquela que se realiza através da elaboração de programas/projetos. Este fato pode ser justificado por estes serem os instrumentais mais fáceis, se comparados com as políticas públicas, de serem modificados.

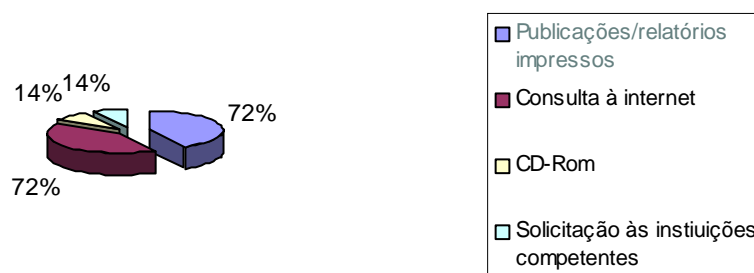
Assim, é por meio destes que a instituição irá conhecer e identificar as necessidades do

segmento, uma vez que são implementados em todo território nacional.

Desta forma, havendo precisão, as políticas públicas poderão ser criadas ou reformuladas de forma atender mais eficazmente sua demanda.

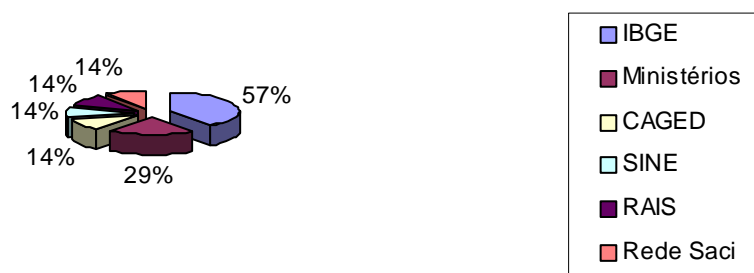
Ressaltamos também que partir da Constituição Federal de 1988 a gestão político-administrativa passa a ser efetivada por um sistema descentralizado e participativo, cabendo a esferas governamentais (federal, estaduais e municipais) e sociedade civil participação na formulação e execução das políticas públicas.

Obtenção dos dados



Com relação à obtenção dos dados, 72% responderam que é por meio de publicações/relatórios impressos; 72% consultam à internet; 14 % CD-Rom e 14 % solicitam dados às instituições competentes.

Instituições consultadas

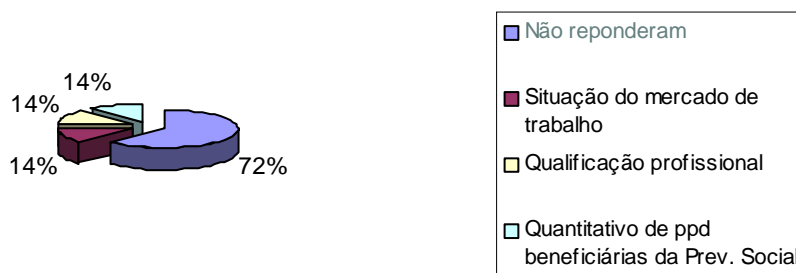


Especificando mais detalhadamente os órgãos consultados, destacamos que 57% obtém dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); 29% obtém dos Ministérios; 14 % obtém do CAGED; 14 % obtém do SINE; 14 % obtém do RAIS e 14% Rede Saci.

Assim, percebemos que quase a totalidade das consultas, internet e documentações, está voltada para a área governamental. Desta forma, percebemos que apesar de todos responderem que utilizam dados dos setores governamental e não governamental, detectamos nesta questão que apenas 14 % utilizam informações das duas esferas.

Outro ponto importante é que tais instituições utilizam igualmente duas fontes de pesquisa, a internet e publicações/relatórios impressos.

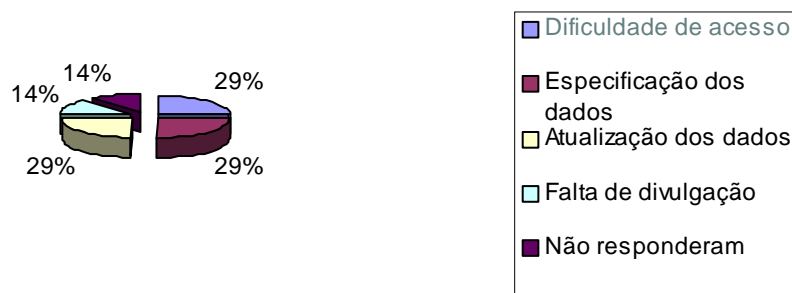
Dados recebidos



Nesta questão, 72 % não responderam; 14% recebem dados sobre a situação do mercado de trabalho; 14 % recebem dados sobre a qualificação profissional das ppd e 14% recebem dados sobre o quantitativo de ppd beneficiárias da Previdência Social.

Observamos também, como na análise da área não governamental, que quase a totalidade não respondeu esta questão. Tal fato pode ser justificado pelos mesmos motivos, ou seja, quando as instituições necessitam de informações sobre o segmento da pessoa portadora de deficiência, as mesmas sentem-se obrigadas a pesquisarem dados por meio de websites, publicações (em impresso) e etc.

Dificuldade na obtenção dos dados



Neste item, 29% responderam que o problema está relacionado à dificuldade de acesso; 29 % relatam que é a forma de especificação dos dados; 29% declaram que é a falta de atualização dos dados; 14 % relatam que é a falta de divulgação dos dados e 14 % não responderam.

Nesta questão as maiores dificuldades encontradas pelas instituições dizem respeito à falta de acesso e atualização dos dados e a forma que os mesmos são especificados nas pesquisas. Como já foi dito, são poucas as pesquisas realizadas na área da pessoa portadora de deficiência, e quando ocorre, os resultados não são divulgados ou encaminhados às instituições que desenvolvem ações para esta parcela da população, o que acaba sendo um grande erro. Além disso, os dados são colocados de forma generalizada, bem como agregada, o que favorece a uma interpretação errônea.

Suficiência dos dados



Com relação a esta pergunta, 100 % responderam que os dados são insuficientes.

Justificativa da insatisfação



Na justificativa, 72% responderam que os dados devem ser especificados, por tipo de deficiência e 29 % não responderam.

Aqui, percebemos que os dados não são suficientes devido à ausência de informações

mais detalhadas sobre os diferentes segmentos. Desta forma, tanto a esfera governamental e não governamental sentem a necessidade de pesquisas mais precisas, por tipo de deficiência.

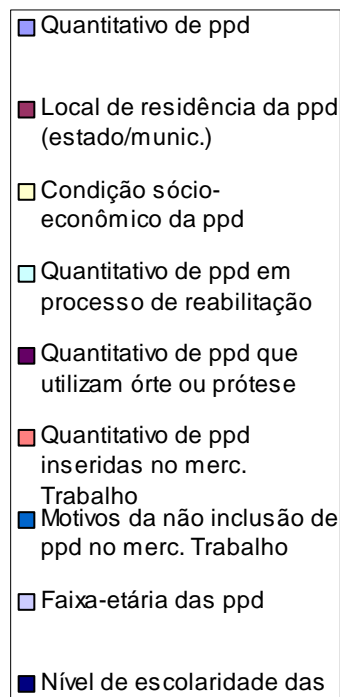
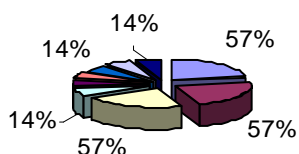
Recebimento dos dados



Observamos que, 43 % gostariam de receber os dados por meio de publicações /relatórios impressos; 29% gostariam de receber dados por meio de CD-Rom e 29% não responderam.

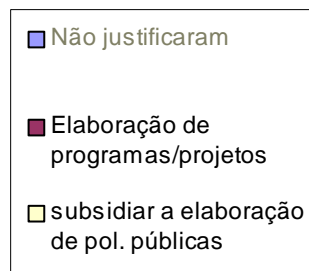
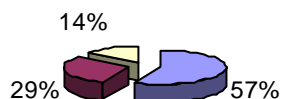
Notamos que a maioria das instituições pesquisadas gostariam de receber os dados por meio de relatórios impressos. Baseando-se na resposta nº 07, podemos concluir que esta é a melhor forma de divulgar as pesquisas relacionadas à pessoa portadora de deficiência, isto é, entregando-as diretamente aos órgãos que estão responsáveis pelo planejamento das políticas públicas. Este tipo de solicitação é também pleiteado devido à dificuldade de obtenção dos dados na internet, uma vez que algumas instituições sentem dificuldade de manejar das ferramentas deste meio de comunicação. Além disso, muitos reclamam da forma com que os dados estão agregados, o que dificulta a análise.

Dados que necessitam



Neste questionamento, 57 % necessitam de dados sobre o quantitativo de ppd, 57% gostariam de saber o local de residência da ppd (estado/município); 57% necessitam de dados sócio-econômicos da ppd; 14 % querem saber o quantitativo de ppd em processo de reabilitação; 14 % gostariam de saber o quantitativo de ppd que utilizam órtese ou prótese; 14% gostariam de saber o quantitativo de ppd inseridas no mercado de trabalho; 14% querem saber o motivo da não inclusão das ppd no mercado de trabalho; 14% solicitam dados sobre a faixa etária da ppd e 14 % gostariam de saber o nível de escolaridade da ppd.

Motivo da solicitação dos dados



Neste item, 57% não justificaram as necessidades dos dados solicitados; 29 % solicitam

visando a elaboração de programas/projetos e 14 % visam subsidiar a elaboração de políticas públicas.

Percebemos que a preocupação das instituições incide mais sobre o quantitativo das pessoas portadoras de deficiência por localidade, seguido da condição sócio-econômica. Isto se deve ao fato das instituições não saberem o número real do público alvo, para o qual serão desenvolvidas as ações, conforme apontado no item nº1.

Assim, como o Brasil tem uma extensão territorial muito grande, no qual cada região possui características próprias, torna-se imprescindível que a coleta de dados se realize da forma mais detalhada. Além disso, alguns programas do governo brasileiro possuem critérios para inclusão, um deles é a condição sócio-econômica.